

**88ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC
ATA 88/2024**

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

Data: 10/04/2025	Plataforma On-line google pelo link: meet.google.com/xnk-nkfh-tac Gravação: https://youtube.com/live/0-ZxY-_0f2A	Horário: 14 horas
---------------------	--	----------------------

PARTICIPANTES CONSELHEIROS

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	J
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	P
Iara Regina Ávila Portela	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	A
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	P
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	A
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Titular	Governamental	SEJURI - Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social	P
Bruna Roberta Wessner Longen	Suplente	Governamental	SEJURI - Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social	A
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	P
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	A
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	J
Juliana Lima Medeiros	Suplente	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	F
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Governamental	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	J

Mirella Ilta Machado da Silva	Suplen te	Govername ntal	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P
Fabiana de Souza	Titular	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	P
Katia Freitas da Silva	Suplen te	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	A
Vanessa Regina Ostrowski	Titular	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	F
Marco Aurélio Maia Liberato	Suplen te	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	F
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	P
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplen te	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	A
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	P
Vera Lúcia Vargas	Suplen te	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	A
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	P
Valdete Daufemback	Suplen te	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	A
Rogério Manoel Corrêa	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	J
Lucilene Binsfeld	Suplen te	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	P
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplen te	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	J
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplen te	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplen te	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	A

Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	P
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	A
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	F
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	J - saúde
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	P
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	A

PARTICIPANTES CONVIDADOS

Padre Edivandro Luiz Frare	Palestrante - Campanha da Fraternidade - Fraternidade e Ecologia Integral
Maristela Cizeski	membro da Comissão de Violências
Josciane Locateli de Souza	membro da Comissão de Violências

Ordem do Dia:

1. Abertura;
2. Espaço de Formação;
3. Levantamento de quórum;
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;
5. Justificativas de ausências;
6. Aprovação da Ata 87º;
7. Devolutiva das ações da plenária anterior;
8. Manifestação do CEDH às denúncias recebidas de violação dos direitos da população em situação de rua;
9. Reorganização da comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos e escolha de conselheiro(a) para realizar a função de coordenador(a);
Momento das Comissões;
10. Comissão Permanente de Legislação e Normas (resolução para regulamentação das comissões);
11. Comissão de Soluções Fundiárias;
12. Comissão LGBTI +;
13. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos;
14. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;
15. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua
16. Comissão de Comunicação;
17. Informes Gerais/Agenda Livre.

1. Abertura;	A presidenta Erli Camargo (FINER) deu início à reunião desejando boas-vindas. Em seguida, passou a palavra para a conselheira Lucilene, que apresentou o convidado, Padre Edivandro Luiz Frare para falar no Espaço de Formação (item 2).
2. Espaço de Formação da Campanha da Fraternidade e Ecologia Integral	A conselheira Lucilene introduziu o tema da reunião: a Campanha da Fraternidade 2025, focada em "Fraternidade e Ecologia Integral", com o lema "Deus viu que tudo era muito bom". O objetivo era discutir a questão do planeta como um direito humano e a importância da preservação ambiental para gerações presentes e futuras. O Padre Edivandro explicou a história e os objetivos da Campanha da Fraternidade, iniciada em 1964, destacando a dimensão comunitária, a educação para a fraternidade e a formação da consciência coletiva. A campanha aborda anualmente temas relevantes para a sociedade, sendo a ecologia integral o foco em 2025. Enfatizou a urgência da crise socioambiental, mencionando eventos climáticos extremos como ondas de calor e enchentes como exemplos. Ele argumentou que a crise não é apenas ecológica, mas socioambiental, exigindo uma conversão integral e ecológica, impactando as dimensões espiritual, pessoal, relacional e econômica. Propôs a reflexão sobre padrões de consumo e a implementação de pequenas mudanças nos hábitos culturais como passos para a transformação.
3. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;	Foi feita a leitura e aprovada.
5. Justificativas de ausências;	Marcos Leandro Espíndula - SED - Secretaria de Estado da Educação - outra agenda profissional; Leonardo Marcondes Machado - SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública - outra agenda profissional; Mayara dos Santos Modolon - SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil; Rogério Manoel Corrêa, CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores, outra agenda profissional; Ivone Maria Perassa - Associação Pastoral do Povo da Rua - outra agenda profissional; Gabriela Rabello, CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região, questões de saúde.
6º. Aprovação da Ata 87	Aprovada.

7.Devolutiva das ações da plenária anterior - 87ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC 13/03/2025	Aprovação das Ata 87 de 2024 - Todas aprovadas e publicadas em https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/plenarias/atas-14/2024-20 Espaço de Formação e Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação - 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos - 10 a 12 de dezembro. Comissão de Legislação e Normas aguarda resolução sobre as Comissões (ausência de Nasser justificada). PGE aponta duas ressalvas sobre a Lei de Criação: consulta aos órgãos do CEDH e análise de impacto financeiro da Unidade Orçamentária. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos encaminhará denúncias à Saúde e questionará medidas preventivas; próximos passos incluem relatório, recomendações e Resolução. Minuta do Edital 01/2025 para compor o CEDH-SC (2025/2027) está na Casa Civil para publicação (competência do Governador). Processo da Nova Lei do Conselho (SAS 5019/2024) em andamento no SGPe, com pendências sobre consulta aos órgãos e impacto financeiro. Comissões de Soluções Fundiárias e LGBTI+ não tiveram participantes. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos repetiu encaminhamento de denúncias à Saúde e próximos passos. Comissão de Políticas Públicas e Formação divulgará processo eleitoral e informações da Conferência Nacional. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua compartilhou ofício à Prefeitura de Florianópolis. Comissão de Comunicação sem membros presentes. Presidenta enfatizou a importância da participação nas comissões devido à urgência dos temas.
8. Manifestação do CEDH às denúncias recebidas de violação dos direitos da população em situação de rua.	A conselheira Ludmilla Malta, solicitou a inclusão no grupo do Conselho Estadual de Direitos Humanos sobre a população em situação de rua, relatando sua experiência em comitês anteriores e expressando preocupação com a ineficiência no tratamento de denúncias, especialmente em casos de despejo e ações de grupos neonazistas. A Presidenta Erli reconheceu a angústia compartilhada por diversas pessoas, apontando para problemas estruturais e políticos na ineficiência do processo de denúncias. Informou que a mesa diretora esteve em reunião com a Secretária da SAS e relatou a necessidade de um diálogo mais ágil, considerando decisões dos órgãos de fiscalização e a carência de encaminhamentos em Santa Catarina. A construção e implementação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - CIAMP Rua estadual também foram consideradas prioridades. O conselheiro Nasser complementou, relatando situações em Joinville e sugeriu uma plenária extraordinária para discutir o assunto, possivelmente incluindo uma ação civil pública para responsabilizar gestores. Proposta de Plenária Extraordinária: a presidenta Erli Camargo propôs, concordando com a sugestão de Nasser, a realização de uma plenária extraordinária para discutir o tema “Pop Rua”,

	após a coleta de informações e diálogo com a Defensoria e o Ministério dos Direitos Humanos. A votação foi aprovada com 11 votos.
9. Reorganização da comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos e escolha de conselheiro(a) para realizar a função de coordenador(a); Momento das Comissões	A secretária Mônica sugeriu a reorganização da comissão de monitoramento de violações, conforme deliberado entre os participantes na última reunião da comissão, realizada em 01/04/25, enfatizando sua importância como porta de entrada para denúncias. Explicou que a realização da reunião enfrentou dificuldades devido à escassa participação dos conselheiros, que, com a exceção da Presidenta, os membros presentes eram convidados. Ainda, a secretária, mencionou as denúncias recebidas principalmente pelas redes sociais, a maioria encaminhada pela senhora Josciane, onde o conselho oficiou a secretaria estadual de saúde, dando um prazo de 15 dias para está se posicionar sobre as questões de violência intra hospitalar. A senhora Josciane Locatelli de Souza agradeceu os encaminhamentos dados às suas denúncias de violência intrahospitalar, reforçando a recorrência do problema e a dificuldade de acesso a informações devido ao sigilo. Salientou o receio das vítimas de denunciar por medo de represálias e a falta de acesso a informações e a dificuldade do Conselho de Saúde em lidar com a questão Coordenação da Comissão de Monitoramento: A busca por um coordenador para a comissão de monitoramento foi debatida, destacando a necessidade de alguém para liderar as reuniões e dar direcionamento às demandas. Com a dificuldade em encontrar um conselheiro/a, ficou acordado que até sexta-feira da semana seguinte a comissão deveria ter definido sua coordenação. A conselheira Ludmilla Malta destacou a recorrência da violência hospitalar, principalmente contra mulheres negras, e a falta de proatividade do Conselho Estadual de Saúde. Foi sugerido que a conselheira Ludmila fizesse contato com o secretário para obter informações sobre o andamento das respostas às denúncias e que seja encaminhado uma cópia do ofício ao Conselho Estadual de Saúde. A conselheira Lucilene sugeriu a elaboração de uma nota do CEDH para todos os espaços de atendimento de saúde, reforçando o direito a um atendimento humanizado. a presidenta Erli Camargo propôs aguardar a resposta da Secretaria de Saúde e, então, elaborar uma nota ou resolução, possivelmente após uma reunião ampliada com o secretário e representantes do Conselho de Saúde. A proposta foi aprovada.
Comissões	
09.Comissão	O conselheiro Felipe dos Passos apresentou à plenária a proposta

Permanente de Legislação e Normas (resolução para regulamentação das comissões);	de suprimir o artigo sobre a criação de uma unidade orçamentária na nova lei do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Após discussão, considerando a complexidade adicional e o impacto potencial na tramitação da lei, a plenária decidiu aprovar a supressão do artigo, deixando a possibilidade para um momento futuro. A presidenta Erli Camargo colocou a proposta em votação. Esta proposta foi aprovada com 10 votos. Ofícios e Encaminhamentos: A minuta de alteração da lei, após revisão e aprovação em plenária e análise da COJUR, necessita de ofícios para órgãos interessados. Este processo está em andamento, com a secretária responsável pela assinatura dos ofícios. A próxima etapa envolve agendamento de reunião com a secretária para discutir o encaminhamento final (já foi solicitado por e-mail e o CEDH está aguardando agenda da secretária). A comissão de Legislação e Normas tinha uma pendência com o conselheiro Nasser Haidar Barbosa, que se justificou pela sua ausência recente devido a problemas pessoais, comprometendo-se a concluir a tarefa para a próxima reunião.
10. Comissão de Soluções Fundiárias:	A comissão de soluções fundiárias teve uma audiência em Joinville, e a ata de decisão está sendo analisada.
11. Comissão LGBTI +;	A comissão tem se movimentado no grupo de whatsapp transmitindo informações da Conferência Nacional, prevista para os dias 22 a 25 de outubro.
12. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos	A comissão de monitoramento de violações de direitos humanos já foi discutida anteriormente, conforme item 9 da pauta.
13. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;	A comissão de políticas públicas e formação propôs o fomento à criação de conselhos municipais de direitos humanos, começando pelos conselheiros estaduais em seus municípios de origem. A proposta inclui a elaboração de um guia básico e um modelo de regimento interno, com um prazo até o final do ano para avaliação dos resultados. A presidenta Erli Camargo concordou com o encaminhamento da comissão, aprovado pela plenária. A comissão também propôs no momento de formação um debate sobre violência nas escolas para a próxima plenária. A discussão também abordará o apoio e reconhecimento dos grêmios estudantis, com a intenção de fortalecer sua atuação nas escolas. Esta proposta foi aprovada.
14. Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua (Seminário sobre programa de	A comissão já foi discutida anteriormente, conforme item 8 da pauta.

moradia para população no Estado);	
15. Comissão de Comunicação;	Não havia nenhum membro da comissão na reunião
16. Informes Gerais/Agenda Livre.	Indicação para Elaboração de Política Estadual de Educação: A Secretaria de Estado de Educação solicitou a indicação de um nome para compor a elaboração da política estadual de educação em direitos humanos, com prazo até 14 de abril de 2025. A preferência é por alguém da Grande Florianópolis devido aos encontros presenciais. Rosemeri Prado se propôs a verificar a possibilidade de participação, considerando seus compromissos com um congresso no final de abril. A secretária Mônica ficou de repassar as informações à conselheira Rosemeri. Reunião sobre Prevenção e Combate à Tortura: a presidenta Erli Camargo informou sobre duas reuniões realizadas com a secretária da SAS: a primeira com a perita nacional Ana Valeska Duarte, para discutir a criação do comitê e do mecanismo estaduais de prevenção e combate à tortura; a segunda para apresentação da mesa diretora, salientando assuntos, tais como a discussão sobre o objetivo e as funções do CEDH; o andamento do Projeto de Lei do CEDH (Processo SAS 00005019/2024), o andamento do processo de criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (CIAMP Rua) - SC (Processo SAS 00002675/2023).
OBSERVAÇÃO	Os(As) interessados(as) em obter informações completas da reunião podem entrar em contato com a Secretaria do CEDH-SC para acessar a gravação ou assistir ao vídeo na página do Conselho no YouTube: https://youtube.com/live/0-ZxY-0f2A A reunião foi encerrada por volta das 16 horas e 34 minutos e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski, e assinada por ela e pela presidenta Erli.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **588A6ETO**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ERLI APARECIDA CAMARGO (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:41

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)



MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzU4OEE2RVRP> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **588A6ETO** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.